



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-04-2024.

Aos nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e vinte minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 302, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Conselheiro Marcelo, Jonas Reis, Hamilton Sossmeier, Mari Pimentel e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Atas da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. Em seguida, foram DISTRIBUÍDOS para parecer: ao vereador Conselheiro Marcelo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 016/24 (Processo nº 0035/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 037/24 (Processo nº 0064/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 058/24 (Processo nº 0110/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 075/24 (Processo nº 0145/24); ao vereador Hamilton Sossmeier, o Projeto de Lei do Legislativo nº 076/24 (Processo nº 0150/24), o Projeto de Resolução nº 016/24 (Processo nº 0152/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 579/23 (Processo nº 0979/23), o Projeto de Lei do Legislativo nº 579/23 (Processo nº 0979/23) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 734/23 (Processo nº 1280/23); ao vereador Jonas Reis, o Projeto de Resolução nº 001/24 (Processo nº 0001/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 030/24 (Processo nº 0054/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 059/24 (Processo nº 0112/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 070/24 (Processo nº 0136/24); à vereadora Mari Pimentel, o Projeto de Lei do Legislativo nº 007/24 (Processo nº 0017/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 047/24 (Processo nº 0084/24), o Projeto de Resolução nº 005/24 (Processo nº 0093/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 429/22 (Processo nº 0882/22); e ao vereador Professor Alex Fraga, o Projeto de Lei do Legislativo nº 014/24 (Processo nº 0028/24), o Projeto de Lei do Legislativo nº 035/24 (Processo nº 0061/24) e o Projeto de Resolução nº 048/24 (Processo nº 0088/24). A seguir, foi REDISTRIBUÍDO para parecer: ao vereador Professor Alex Fraga o Projeto de Lei do Legislativo nº 757/23 (Processo nº 1330/23). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, os seguintes Pareceres, no dia cinco de abril do corrente, no 071/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 721/23 – Processo nº 1261/23), de autoria do vereador Conselheiro Marcelo; nº 072/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 096/20 – Processo nº 0249/20), ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do vereador Hamilton Sossmeier; nº 073/24 (Projeto de Resolução nº 036/23 – Processo nº 0333/23), de autoria da vereadora Mari Pimentel; e nos 070/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 376/23 – Processo nº 0673/23) e 074/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 021/24 – Processo nº 0040/24), de autoria do vereador Professor Alex Fraga. Em prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a presente reunião foi solicitada pelo vereador Jonas Reis, para o qual passou a condução dos trabalhos. A seguir, o vereador Jonas Reis convidou para compor a mesa os representantes da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ, senhores Fernando Bruno Rieth, Fernando Dourado, Carla Zambiasi e Pedro Müller e representantes dos usuários do ginásio Tesourinha, senhoras Débora Lúcia de Souza e Silva, Márcia Fernanda Peçanha Martins e Cristina La Porta e senhor Jairo Santos Vieira. Prosseguindo, o vereador levantou alguns questionamentos que gostaria que fossem respondidos pela equipe da SMELJ sobre as obras e melhorias, os valores e suas origens, as data de início e encerramento das obras, o cronograma, os novos locais em que as atividades para os usuários estão ocorrendo, as novas lotações dos servidores do local e como serão as futuras gestão e zeladoria do ginásio após o fim das obras, se serão públicas e gratuitas ou se haverá concessão e privatização, com custos. Em continuidade, a senhora Carla Zambiasi, arquiteta da SMELJ, discorreu sobre a emenda recebida do governo federal, de cerca de um milhão de reais, explicando sobre a necessidade de uma reforma geral no ginásio, cujo custo total seria de oito milhões de reais, para a qual o valor da emenda recebido seria insuficiente, sendo, assim, necessário realizar a reforma por etapas. A segunda etapa da realização da reforma possui edital quase pronto, com orçamento estimado de cerca de cinco milhões e meio de reais, com início previsto antes do término da primeira etapa. Além disso, acrescentou que o temporal ocorrido no dia dezesseis de janeiro do corrente estragou parte do telhado, com custo de conserto de cerca de trezentos e setenta mil reais e, apesar disso, ainda ocorre o atendimento a usuários pela clínica de fisioterapia do local, que será alterada para a avenida Érico Veríssimo. A seguir, o senhor Pedro Müller, engenheiro da SMELJ, acrescentou que o prazo inicial de oito meses da primeira etapa sofreu aditivos ao contrato, de acordo com o que era identificado durante a reforma, sendo o prazo aumentado para o final do ano corrente; a segunda etapa, após iniciada, possui prazo estimado de dezoito meses e, quando for iniciada, as atividades esportivas não poderão ocorrer, somente a clínica de fisioterapia ainda poderá atender visto que é uma parte mais isolada em relação às demais atividades. Com referência à realocação das atividades, a senhora Márcia Fernanda Peçanha Martins reclamou sobre a falta de debates da prefeitura com a população e os horários e locais das atividades oferecidas. Argumentou que existe descaso por parte da prefeitura, que as aulas têm limites de vagas, sendo necessário chegar muito cedo para conseguir, ficando muitas pessoas fora, que não existe a limpeza do cachorródromo, que é feita pela comunidade e a da falta de transparência do gestor municipal. Na oportunidade o senhor Fernando Dourado, atual coordenador da unidade pedagógica das atividades esportivas do município, alegou que houve esforço para que as atividades continuassem ocorrendo durante as obras, mas, a partir do temporal ocorrido em janeiro do corrente agilizaram o planejamento das atividades, sendo oferecidas em dezoito localidades diferentes para a população e que as vagas são limitadas por modalidade e são divulgadas no perfil da secretaria nas redes sociais; os professores e servidores foram realocados em outros lugares com demanda, de acordo com o profissional e suas especialidades e com a necessidade de espaço de cada atividade.

Além disso, houve a saída de professores que se aposentaram ou pediram para sair, não havendo até o momento reposição, exceto por alguns remanejamentos, mas que há concurso aberto para profissionais de educação física específicos para a secretaria, pois até o momento os professores são cedidos da Secretaria da Educação. Em relação às atividades oferecidas, o senhor Jairo Santos Vieira argumentou que não existem vagas nos locais para onde as atividades foram transferidas pois não existe um planejamento e cerca de apenas dois por cento dos usuários estão satisfeitos com as mudanças. Dessa forma, os usuários já estão pensando em como utilizar o próprio ginásio ainda durante a reforma. Em continuidade, o vereador Jonas Reis chamou a atenção que todos os usuários do ginásio precisam ser realocados, sendo assim, poderia haver uma reunião com as secretarias de educação municipal e estadual para utilizar salas nas escolas da região. Nesse sentido, poderia ser formado um Grupo de Trabalho com os usuários do local para resolver os problemas existentes. Questionou, ainda, sobre a quantidade de funcionários trabalhando na reforma do ginásio e como é feita a fiscalização. Acerca desse assunto, a senhora Carla Zambiasi explicou o processo de fiscalização e que cerca de dez funcionários trabalham atualmente na reforma. A fim de verificar o andamento das obras e o trabalho dos funcionários da reforma, o vereador Conselheiro Marcelo averiguou a possibilidade de agendar uma visita à obra, a qual será realizada em reunião oportuna, com o acompanhamento dos usuários. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às quinze horas e quarenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Conselheiro Marcelo.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigo Bernardi, Vereador (a)**, em 30/04/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0726969** e o código CRC **39412818**.